



O PRIMADO DA METÁFORA EM SEMÂNTICA E DISCURSO: A RADICALIDADE DE UM CONCEITO, A ATUALIDADE DE UMA TEORIA

LA PRIMAUTÉ DE LA MÉTAPHORE DANS LÉS VÉRITÉS DE LA PALICE : LA RADICALITÉ D'UN CONCEPT, L'ACTUALITÉ D'UNE THÉORIE

Filipo Pires Figueira¹

Resumo: Tendo em vista os 50 anos de publicação de *Semântica e Discurso*, o objetivo deste artigo é o de explicitar a formulação do *primado da metáfora sobre o sentido* e situá-lo na elaboração da teoria materialista do discurso que Pêcheux na obra. Em primeiro lugar, explorar como ele o desenvolve especificamente na segunda parte do livro, através da interpretação crítica do “materialismo cego” de Frege, retomando, ainda que implicitamente, proposições sobre o *discurso* já expressas em sua *Análise Automática do Discurso*. Em seguida, apresenta-se a proposição do *primado da metáfora* nas conclusões de *Semântica e Discurso*, cotejando-a com outros textos que permitam melhor compreendê-lo. Ao final, são tecidas algumas considerações sobre a indiscutível atualidade da obra e de sua teoria frente ao quadro geral da Análise do Discurso hoje.

Palavras-chave: Discurso. Metáfora. Pêcheux. Frege.

Resumé: En vue du 50e anniversaire de la publication de *Lés Vérités de La Palice*, l'objectif de cet article est d'explicitar la formulation de *la primauté de la métaphore sur le sens* et de la situer dans l'élaboration de la théorie matérialiste du discours proposée par Pêcheux dans son ouvrage. D'abord, examiner comment il la développe spécifiquement dans la deuxième partie du livre, à travers l'interprétation critique du « matérialisme aveugle » de Frege, en reprenant, bien qu'implicitement, des propositions sur le discours déjà exprimées dans son *Analyse Automatique du Discours*. Ensuite, on présente la proposition de *la primauté de la métaphore* dans les conclusions de *Lés Vérités de La Palice*, en la comparant à d'autres textes qui permettent de mieux la comprendre. Enfin, quelques considérations sont formulées sur l'actualité incontestable de l'ouvrage et de sa théorie dans le contexte général de l'analyse du discours aujourd'hui.

Mots-clés: Discours. Métaphore. Pêcheux. Frege.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista CNPq em Pós-Doutorado em Linguística na Universidade Federal de São Carlos Titulação. Membro dos Grupos de Pesquisa "Fórmula e Estereótipos: Teoria e Análise" (FEsTA/UNICAMP), "O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas do Brasil" (CoLHIBri/UNICAMP) e do "Laboratório de Estudos do Discurso" (LABOR/UFSCar).

Devo aqui me opor à opinião de que, por exemplo, $2 + 5$ e $3 + 4$ sejam iguais, mas não o mesmo. Esta noção se baseia na confusão já mencionada entre forma e conteúdo, sinal e designado. É como se se quisesse considerar a violeta perfumada distinta da viola odorata, porque os nomes soam diversamente. A diversidade de designações não justifica, por si só, uma diversidade de designados.

Gottlob Frege (1891)

Introdução

A Análise do Discurso, em suas múltiplas vertentes (materialista, enunciativo-pragmática, arqueogenealógica, crítica etc.), encontra-se, hoje, plenamente institucionalizada enquanto campo de estudos e metodologia de pesquisa presente, dentre outras disciplinas, na Linguística, Ciências Sociais, História e Filosofia. Sinal disso é que o modo particular pelo qual as teorias discursivas concebem o objeto *discurso*, enquanto funcionamento histórico e político “mediador” entre as palavras e seus referentes, tornou-se, em linhas gerais, a acepção mais corrente deste termo, seja naquelas disciplinas do saber, no discurso cotidiano, político, militante ou artístico, substituindo sua antiga acepção como “fala” ou “uso corrente da língua”².

Este, contudo, não foi sempre o caso. Mais especificamente, foi somente no calor dos acontecimentos que seguiram ao famoso “Maio de 68” francês, marcado pelo declínio do paradigma estruturalista, que o *discurso* se tornou um objeto privilegiado de investigação sobre a relação entre a língua ou a linguagem e o funcionamento social da significação (Dosse, 2018). Nesse sentido, o ano de 1969 constitui um marco para o desenvolvimento da disciplina. Foi neste ano, por exemplo, em que se publicou a primeira edição de *Arqueologia do Saber* (2002 [1969]), de Michel Foucault, obra na qual podemos encontrar conceitos

² Um exemplo interessante do emprego de “discurso” sem uma teorização efetiva pode ser encontrado na proposta da “Discourse Analysis”, de Zellig Harris (1952), em que é compreendido meramente como um texto linear (*connected speech*), falado ou escrito, de unidade superior à frase. Apesar desta limitação, o método de Harris foi retomado por Michel Pêcheux (2019 [1969]) ao elaborar sua metodologia para a análise automática do discurso (também influenciada pela proposta de leitura de arquivo elaborada na “fase discursiva” de Michel Foucault).

fundamentais, como os de “enunciado”, “arquivo” e de “formação discursiva”, que desempenharão forte influência no desenvolvimento da teoria do discurso³. É também o ano de lançamento da *Análise Automática do Discurso* (2019 [1969])⁴, de Michel Pêcheux, espécie de texto inaugural da metodologia da análise discursiva. Foi ainda em 1969 que se deu o encontro de Pêcheux com os linguistas que trabalhavam em torno de Jean Dubois (Gadet *et al.*, 2010), ocasião que permitiu o nascimento do que ficou conhecido como “Escola Francesa de Análise do Discurso”.

Contudo, apesar dos esforços iniciais de constituição de Análise do Discurso como disciplina, foi somente em 1975, com a publicação de *Semântica e Discurso* [*Les vérités de la Palice*] (Pêcheux, 2014a), que se consolidou uma “teoria do discurso” propriamente dita. É nesta obra que Pêcheux avança as proposições introduzidas anteriormente, abandonando algumas proposições (como a das “formações imaginárias”), mas também elaborando e dando maior consistência aos principais conceitos analíticos que compõem o ferramental da Análise do Discurso, como *interdiscurso*, *pré-construído* e *discurso transverso*. Mais significativamente para este artigo, é também nesta obra que Pêcheux desenvolve com maior complexidade as bases teóricas de sua proposta para análise dos processos de significação, percorrendo criticamente a história do debate filosófico sobre a linguagem e articulando Psicanálise e Marxismo à Linguística para a construção de uma teoria semântica eminentemente materialista.

No momento em que escrevo estas linhas, *Semântica e Discurso* comemora 50 anos de sua primeira publicação. Avaliar a pertinência da Análise do Discurso hoje passa, necessariamente, por avaliar também a pertinência histórica e contemporânea desta obra seminal. Tendo isto em vista, buscarei neste artigo explorar o que tenho tratado como o principal fundamento semântico da teoria discursiva pêcheutiana⁵, a saber, o *primado da*

³ Penso que se possa tributar boa parte da ressignificação pública do termo “discurso” à influência dos trabalhos de Michel Foucault, tanto durante o “calor” do “Maio de 68”, nos primeiros ensaios em direção às teorias discursivas, seja posteriormente, no desenvolvimento do pensamento que se convencionou chamar de “pós-estruturalista”.

⁴ Tendo em vista que irei me referir sistematicamente tanto à *Análise Automática do Discurso* (Pêcheux, 2019 [1969]) quanto à *Semântica e Discurso* (2014a [1975]), indicarei a edição de referência apenas quando necessário.

⁵ Argumentar explicitamente pela centralidade do *primado da metáfora* na teoria do discurso de Pêcheux não é, efetivamente, uma interpretação inédita ou inovadora de sua obra. Trata-se tão somente de enfatizá-la para poder assumi-la explicitamente como ponto de ancoragem para a investigação da teoria pêcheutiana.

*metáfora sobre o sentido*⁶. Mais especificamente, pretendo apresentá-lo conforme é elaborado e proposto nesta obra.

Pêcheux inicia *Semântica e Discurso* com uma retomada crítica da Filosofia da Linguagem, narrando brevemente o modo como, em sua história, a questão do sentido havia sido sempre subordinada à questão do sujeito, ora pela Lógica, ora pela Retórica. Esta subordinação histórica, conclui, produziria efeitos na relação científica da Linguística com a Semântica, na medida em que é através desta que a Linguística é constantemente convocada para fora de seus limites. A intervenção de Pêcheux (2014a [1975]) visará precisamente esta relação conflituosa e contraditória.

Nesse sentido, a segunda parte de *Semântica e Discurso*, intitulada “Da Filosofia da Linguagem à Teoria do Discurso”, consiste acima de tudo na efetivação da “mudança de terreno” no campo da Semântica que Pêcheux e seus colegas haviam anunciado alguns anos antes no famoso artigo sobre o “corte saussuriano” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020 [1971]). O objetivo expresso é o de livrar a Linguística de sua “filosofia espontânea” idealista⁷, calcada no mito empírico-subjetivista segundo o qual seria possível caminhar do sujeito empírico (o indivíduo localizado) ao sujeito universal (o sujeito do conhecimento) através de uma série de apagamentos do que corresponderia às “singularidades” deste indivíduo. O método para sair desse engodo ou fantasia teórica seria, para Pêcheux, caminhar precisamente em direção ao materialismo histórico; mais especificamente, dar consequências à proposição althusseriana de que “a Ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, 2008 [1971], p. 283), o que impediria qualquer forma de “universalidade” *a priori* do sujeito (empírico ou cognoscente): o sujeito só recebe seu caráter “universal” na medida em que se identifica à forma-sujeito “universal” da Ideologia que o interpela. Interpelação que é, por definição, regional e particular; esta inflexão desembocará, por sua vez, na redefinição das *formações discursivas*⁸.

⁶ Como propus em um texto anterior, de forma análoga ao papel do *valor* no corte epistemológico que Saussure executa ao fundar a Linguística, a *metáfora* representa o ponto de não-retorno instaurado nos estudos semânticos pela teoria do discurso de Pêcheux. Sinal disto, argumentei então, é que a proposição do *primado da metáfora* é um prolongamento direto do corte saussuriano. Cf. Figueira (2024).

⁷ A “filosofia espontânea dos cientistas” (F.E.C.), segundo Althusser (1976 [1974]), corresponde, em linhas gerais, às concepções filosóficas que orientam a prática científica, mas que não recebem um tratamento filosófico consciente ou explícito: são “apenas as ideias que [os cientistas] têm na cabeça (conscientes ou não) que dizem respeito à prática científica e à ciência” (Althusser, 1976 [1974], p. 127).

⁸ Visto que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, Pêcheux definirá as *formações discursivas* como aquilo que, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser

O que interessa mais aqui é que, em retrospecto, para realizar tal mudança de terreno, Pêcheux introduzirá a tese althusseriana e encaminhará sua teoria do discurso ao discutir a atenção especial que Gottlob Frege (2024d [1892]) dá às formas linguísticas do encaixe e da articulação e como elas trazem problemas para o desenvolvimento da sua (ou de qualquer) Lógica⁹. O exercício crítico de Pêcheux girava em torno daquilo que ele designou como o “materialismo” ou “antissubjetivismo” fregeano, ponto que o diferencia de outros lógicos, como Carnap, Russel ou Wittgenstein (o primeiro), a saber, sua distinção entre os “objetos” e os “modos de apresentação dos objetos” (isto é, a diferenciação entre denotação e sentido); questão que, inclusive, teria impedido Frege, diferentemente daqueles, de ir ao extremo de propor uma língua artificial com tal nível de abstração simbólica que levasse ao “desaparecimento” dos objetos, abdicando de qualquer necessidade de referência ao “mundo concreto”. Nesse ínterim, Pêcheux retoma implicitamente alguns dos principais pontos que havia avançado em sua *Análise Automática*, e que, entrelaçadas à diferença estabelecida por Frege entre os “objetos” e seu “modo de apresentação”, concorrerão para a proposição do fundamento metafórico da significação.

O objetivo deste artigo, portanto, é o de explicitar a formulação do *primado da metáfora sobre o sentido* e situá-lo na elaboração da teoria materialista do discurso que Pêcheux desenvolve em *Semântica e Discurso*. Em primeiro lugar, explorar como ele o apresenta especificamente na segunda parte da obra, através da interpretação crítica do “materialismo cego” de Frege, retomando, ainda que implicitamente, proposições sobre o *discurso* já expressas em sua *Análise Automática do Discurso* – a saber, do “discursivo prévio” e do “efeito metafórico de sentido”. Em seguida, pretendo me debruçar especificamente sobre a proposição do primado nas conclusões de *Semântica e Discurso*, a cotejando com outros textos que permitam melhor compreendê-lo. Ao final, tecerei algumas considerações sobre a indiscutível atualidade da obra e de sua teoria frente ao quadro geral da Análise do Discurso hoje.

dito” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 146-147, grifos do autor). As formações discursivas são, assim, o local a partir de onde se desenvolvem os processos discursivos – mas não, vale dizer, sua causa ou origem.

⁹ Infelizmente, Frege ficou em grande medida sozinho com seus problemas. Historicamente, a despeito da existência de autores neofregeanos, a tendência de maior expressão no desenvolvimento da Lógica encontrou inspiração nos trabalhos de Bertrand Russell, seu contemporâneo. Russell, contudo, desconsidera o funcionamento eminentemente linguístico das proposições com que trabalha, assinala Lauro Baldini (2011), questão central no raciocínio lógico de Frege, como se verá mais à frente. Não só, mas além de insistir no psicologismo subjetivista que Frege recusa, Russell esvazia o problema da pressuposição ao decompor as proposições em várias asserções menores, “resolvendo” a questão – ou desviando dela.

1 Gottlob Frege e a anterioridade no discurso

Se, como dito, a *Análise Automática do Discurso* pode ser considerada como a primeira elaboração de um método para a análise propriamente discursiva, ela enfrenta um problema fundamental, como sinalizam Fernandes e Vinhas (2019): tanto o método de análise, em que se buscava arrefecer a “influência do analista”, quanto o objeto teórico, o *discurso*, tinham de ser desenvolvidos ao mesmo tempo. Pode-se considerar a publicação de *Semântica e Discurso* como, dentre outras coisas, uma tentativa de resolução deste imbróglio. Naquela ocasião, contudo, a saída metodológica encontrada foi buscar apoio nos métodos de leitura automatizada das ciências informacionais. A segunda parte da obra, e mais extensa, é dedicada inteiramente à descrição dos procedimentos lógico-informacionais que orientariam o tratamento do *corpus* de enunciados coletados.

No entanto, fazia-se necessária a elaboração de uma abordagem de processamento linguístico que sustentasse esta automatização e a análise de seus resultados. Em sua primeira experiência com a Análise do Discurso, Pêcheux (2019 [1969]) recorreu, por um lado, ao modelo transformacional de Zellig Harris (1952), cujo método fornecia uma abordagem formal para segmentação e deslinearização de unidades textuais; a partir deste modelo foi possível propor as *sequências discursivas autônomas* como os elementos da análise discursiva. Por outro lado, dada que o objeto em análise não é o *texto*, como no caso de Harris, mas o *discurso*, em sua dispersão característica, Pêcheux (2019 [1969]) resgatará a concepção saussuriana de *língua* apresentada no *Curso* (Saussure, 2016 [1916]) para implodir a centralidade do texto: sendo a língua quem funciona (e não o texto), pode-se coletar e investigar determinadas construções sintagmáticas em um corpus de fontes diversas; desta implosão se pode compreender (e sustentar) a *autonomia* das sequências discursivas – são autônomas em relação à centralidade organizadora do texto, encontrando sua “identidade” no discurso¹⁰. Com isto em vista, tomo a liberdade de comentar um excerto em que se apresentam as condições epistemológicas para a análise das sequências de um discurso.

Se prosseguirmos com a análise do discurso político — que serve aqui apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos — veremos que, por outro lado, ele deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso

¹⁰ A relação entre língua e discurso se tornará decisiva em *Semântica e Discurso*, sendo reformulada pela proposição de que “a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 81, grifos do autor). Cf. também Haroche, Pêcheux e Henry (2020 [1971]).

remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (Pêcheux, 2019 [1969], p. 33-34, grifos do autor).

É bem verdade que, neste momento inicial de sua teoria, há ainda certo princípio “funcionalista” em atividade ocasionado, em partes, pelo fato de que Pêcheux (2019 [1969]) se inspira diretamente no paradigma comunicacional de Roman Jakobson, substituindo “informação” (e seu correlato, “mensagem”) por “discurso” (junto à introdução dos “efeitos de sentido”¹¹), dando algumas consequências a esta reorientação. Outro fator encontra-se no modo como se apoia na performatividade de John Austin e no recurso às “formações imaginárias” ao tratar do tratamento da relação situacional entre locutor e alocutário¹² – expressos no excerto pela alusão ao “espírito dos ouvintes”, o levando a conceber retrospectivamente o discurso como “um *jogo* verbal no qual subjetividades se afrontam em ato, buscando, umas e outras, se pegar, em todos os sentidos do termo” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 230, grifo do autor). Uma peleja retórica em que cada “combatente” age discursivamente conforme as antecipações estratégicas que faz sobre seu adversário e sobre seu auditório.

Não obstante, interessa que, ainda sem a crítica materialista dos processos científicos-ideológicos realizada em *Semântica e Discurso*, o fio do discurso já aparece subordinado a um “discursivo prévio”, razão pela qual nenhum discurso teria origem definida: “o processo discursivo não tem, de direito, início”, seja no “orador” (na sua vontade ou pensamento), no “sistema da língua” (semas lexicais, por exemplo) ou na “situação” ou “contexto” de enunciação. Será precisamente esta necessidade de devolver o discurso às relações de sentido que o antecedem e o constituem que levará Pêcheux (2019 [1969]) à elaboração do expediente analítico do “efeito metafórico de sentido”, como veremos mais adiante. Mais ainda, a retomada dos elementos discursivos (“argumentos”, “termos” etc.) que um discurso toma como “matéria-prima”, esta espécie de “recursividade discursiva”, está

¹¹ Como assinala Sírio Possenti (2002), apesar da introdução do “efeito de sentido” na *Análise Automática*, nunca é plenamente esclarecido na obra do que se trataria efetivamente este “sentido em forma de efeito”. Pode-se conjecturar que a proposição do *primado da metáfora* seja a forma que Pêcheux (2014a) encontrou para defini-lo.

¹² Cf. Pêcheux (2019 [1969], p. 40-49).

textualmente marcada, compondo sua materialidade significativa e sua relação intradiscursiva¹³. Pode-se conjecturar se não está aí um esboço do conceito de *interdiscurso*¹⁴, introduzido na terceira parte de *Semântica e Discurso*, na medida em que prefiguraria na *Análise Automática* o fato de que o não-dito de alguma forma domina a asserção, retornando como já-dito¹⁵.

Ora, não é precisamente sobre a anterioridade no/do discurso, de “um acontecimento que já foi objeto de discurso”, de que trata a segunda parte de *Semântica e Discurso*? Não é isto que está em jogo na análise lógica do “encaixe”, da “articulação” e dos “domínios de pensamento” de Frege (2024d [1892])? Recapitulemos brevemente, portanto, essa análise, conforme ela é comentada por Pêcheux (2014a [1975]), e que desembocará nos pilares de sua teoria do discurso: a *metáfora* como processo de apresentação das referências discursivas; a *figura dividida* do sujeito ideológico, identificado a si mesmo e à forma-sujeito universal da ideologia; e (o esboço de) uma *teoria não-subjetiva da subjetividade*, isto é, do *assujeitamento*, acompanhado de sua dissimulação na ilusão da “autonomia constitutiva do sujeito” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 123). A questão se inicia com a constatação de Frege (2024d [1892]) de que as construções relativas das línguas naturais (Det.N *que* VN / *Aquele que* VN / Det. *que* VN) introduzem uma “ilusão” no pensamento, a saber, o de uma “segunda proposição”, anterior e inverificável, no interior de uma “primeira”. Trata-se do fenômeno de *encaixe*. Vejamos seus exemplos – me atenho a reproduzi-los¹⁶:

- (1) Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias [Kepler]
morreu na miséria;

¹³ O *intradiscurso* é um dos conceitos introduzidos em *Semântica e Discurso*: trata-se do “funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 153), isto é, dos fenômenos de correferência (a anáfora sendo o mais exemplar deles) que garantem a consistência do fio do discurso.

¹⁴ Pêcheux (2014a [1975], p. 149) define o *interdiscurso* como o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Ou seja, todo discurso estaria, de saída, submetido (e textualmente marcado) pelo fato de “que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”, e que retorna no *intradiscurso*, por exemplo, sob as formas do *pré-construído* e do *discurso-transverso*. Sobre estes últimos, ver mais à frente.

¹⁵ Ao traçar um paralelo entre os conceitos iniciais de *discursivo prévio* e *efeito metafórico* e os posteriores de *interdiscurso* e *metáfora*, não estou propondo nenhuma relação teleológica entre eles. A modificação que os conceitos discursivos sofrem entre a *Análise Automática* e *Semântica e Discurso* não é “progressiva”, mas o resultado de uma inflexão teórica em direção ao marxismo althusseriano e à psicanálise lacaniana, o que os transforma radicalmente. São precisamente alguns aspectos desta transformação que busco discutir aqui.

¹⁶ Incluo em colchetes os “objetos saturados” referidos pelas asserções analisadas aqui. Tanto estes quanto o restante dos exemplos estão apresentados seguindo sua formulação em *Semântica e Discurso* (Pêcheux, 2014 [1975]), levemente modificadas em relação às que encontramos na tradução brasileira dos textos de Frege (2024b).

- (2) Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz [Jesus Cristo] nunca existiu;
- (3) A cidade que é a capital da Alemanha [Berlim];
- (4) O segundo dos planetas que gravitam em torno do Sol [Vênus].

Para cada um destes casos é possível negar apenas a sentença globalmente, mas em todas há uma proposição que não pode, ela mesma, ser negada. É possível dizer se Kepler morreu ou não na miséria, se Jesus Cristo existiu ou não, se Berlim é ou não a capital da Alemanha ou se Vênus é o segundo dos planetas que gravitam em torno do Sol. Contudo, *não se pode dizer que estes objetos saturados (nomes próprios)* – “Kepler”, “Jesus Cristo”, “Berlim” e “Vênus” – *não existam*, ou melhor, não se pode negar sua existência na forma com que se apresenta a proposição inicial, que subentendem a existência de proposições secundárias (que alguém teria morrido na cruz e que esse alguém é Jesus Cristo, ou que a Alemanha tenha uma capital e que ela pode ser Berlim, uma vez que esta cidade existe). Trata-se, enfim, do fenômeno linguístico da *pressuposição*.

Para Frege (2024c [1982]), contudo, o efeito de pressuposição, mais especificamente da *pressuposição de existência*, ocasionado pelas formas linguísticas do encaixe e da articulação, mostra-se como um problema incontornável para a Lógica, uma “imperfeição” das línguas naturais da qual ela não pode se privar de lidar ou resolver. Esta “imperfeição”, assinala Lauro Baldini (2011, p. 16), desdobra-se em duas “ilusões” introduzidas no “pensamento”, ligadas cada uma a uma das formas linguísticas acima: primeiro, pelo *encaixe*, a pressuposição de existência de um ser inexistente, isto é, sem referência no mundo enquanto “objeto real”; segundo, através da *articulação*, fenômeno que discutiremos mais à frente, a pressuposição de existência de um ser que, em contrapartida, não está asseverado no “dizer” (e que pode também não apresentar referência empírica).

Vale mencionar, como também salienta Pêcheux (2014a [1975]) que Frege, diferentemente de outros lógicos, não vê nenhum problema neste fenômeno no que diz respeito ao funcionamento das línguas naturais; suas preocupações estão dirigidas ao tratamento das imperfeições da linguagem quando o que está em questão são conceitos ou enunciados científicos – ou seja, quando se trata da Lógica e do “verdadeiro”. Sua única ressalva, contudo, é de que seria por meio desta mesma “brecha” que se pode explorar demagogicamente termos como “a vontade do povo” – cuja referência seria, para ele, inexistente. De qualquer forma, está aí, enfim, a diferença proposta por Frege (2024d [1892])

entre o “objeto” e seus “modos de apresentação”: pode-se dizer de muitas formas um objeto, sem que isso comprometa sua denotação – isto é, é possível dizê-lo independentemente de sua referência ou existência objetiva; e são as formas de sua apresentação que fornecerão seu “sentido” (neste caso, os meios de verificar sua referência ou suas condições de verdade)¹⁷.

Em contrapartida, Pêcheux (2014a [1975]) levará a sério o fenômeno destas “ilusões” sem, contudo, projetar nelas qualquer forma de defeito ou imperfeição, considerando a diferença proposta pelo lógico austríaco entre os “objetos” e seus “modos de apresentação” uma contribuição materialista imprescindível – ainda que limitada pelo seu logicismo. Assim, tomará aquelas “ilusões” como evidências fundamentais do fato de que todo discurso é dependente das relações que estabelece com discursos anteriores – ou seja, de que todo discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido, como propunha na *Análise Automática*. Consequentemente, o encaixe linguístico será reformulado discursivamente como *pré-construído*¹⁸, na medida em que indica a introdução no fio do discurso de uma exterioridade pré-existente, formulada “antes e alhures”, isto é, no interdiscurso.

Ademais, é preciso considerar, continua Pêcheux (2014a [1975]), que mais do que apenas introduzir objetos saturados no interior de uma proposição, o efeito de pré-construído pode ser também a ocasião do *esvaziamento do objeto* a partir de sua função relativa: na medida em que são capazes de enunciar generalidades, “aquele que” e “o que” podem também ser parafraseados por “todos os que” ou “qualquer um que”. É em razão disto, pontuará Frege (2024a [1981]), que as línguas naturais seriam capazes de enunciar leis científicas – *em analogia às leis jurídicas*, acrescentará Pêcheux (2014a [1975]). Sejam assim os seguintes exemplos¹⁹:

(5) *O que é mamífero tem sangue vermelho [5'] qualquer um que tiver sangue vermelho é mamífero*;

¹⁷ Esta diferenciação está melhor expressa na comparação entre duas outras sentenças, “A estrela da manhã” e “A estrela da tarde”, ambas referindo ao planeta Vênus, mas com diferentes apresentações (Frege 2024d [1892]). Trata-se, ainda, do excerto que trago como epígrafe, em que “*viola odorata*” e “violeta perfumada” referem-se ao mesmo objeto real, cuja diferença reside sumariamente em seu modo de apresentação, sendo a primeira um termo científico (um conceito, portanto), e a segunda, um nome habitual ou cotidiano (Frege, 2024a [1891]).

¹⁸ Elaborado inicialmente por Paul Henry (1990 [1975]), o *pré-construído* será conceituado por Pêcheux (2014a [1975], p. 89) como o fenômeno discursivo ligado ao encaixe sintático: “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”.

¹⁹ Em colchetes, apresento as paráfrases transformadas das asserções.

(6) *Aquele que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo [6'] todos os que causarem prejuízo deverão repará-lo].*

Nestas proposições, o pré-construído não cumpre o simples papel de reintroduzir um objeto pré-existente – não há, a rigor, nenhum objeto sendo referido –, mas de propor uma função esvaziada que antecipa seu preenchimento por objetos futuros. Esta forma de esvaziamento levará Frege e Pêcheux à segunda das formas de anterioridade, a *articulação linguística* e a *implicação lógica*. Trata-se, nestes casos, do uso absoluto das categorias vazias, da forma mais absoluta das “leis”, cujo funcionamento podemos resumir, com base em Pêcheux (2014a [1975]), em “(Tudo) o que é A é B” ou “Se A, B”. Vejamos outros exemplos:

(7) Tudo o que é mamífero tem sangue vermelho;

(8) Se alguém causar algum prejuízo, deve repará-lo.

Seja ainda o caso fregeano mais complexo, a seguir:

(9) *O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.*

Esta última proposição pode ser decomposta em três: (9a) “o gelo tem um peso específico inferior ao da água”; (9b) “se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”; (9c) [*logo*] “o gelo flutua sobre a água”. A articulação de implicação entre as duas propriedades ou pensamentos distintos (9a e 9b) resultará na proposição final (9c). Este outro fenômeno será denominado de “efeito de sustentação”, e desembocará no conceito de *discurso-transverso*²⁰, explorado mais detidamente na terceira parte de *Semântica e Discurso*. O problema fundamental tanto para Frege quanto para Pêcheux, contudo, é que o discurso-transverso (a implicação) e o pré-construído (a pressuposição) – cuja formulação é intercambiável, tal qual uma oração explicativa pode ser transformada em uma determinativa – nem sempre são a pura dedução de “leis físicas” (ou da realidade concreta), mas em seu uso habitual dizem respeito a “impressões”, isto é, aos diversos campos da vida social. Seja o seguinte exemplo:

(10) *Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga.*

²⁰ O *discurso-transverso*, designação discursiva para o “efeito de sustentação”, é definido por Pêcheux (2014a [1975], p. 111) como o “retorno do saber no pensamento”, na medida em que o interdiscurso vem fornecer a evidência que sustenta a implicação entre duas proposições constituintes.

Nesta oração, há uma avaliação direta das motivações ou intenções de Napoleão, que não podem simplesmente ser resolvidas por uma referência a leis predeterminadas. O enunciado (10) pode ser parafraseado, por exemplo, como (10') “*Porque* reconheceu o perigo para seu flanco direito, Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”; subjaz a ela, assim, uma implicação, que podemos expressar, por exemplo, em forma de uma lei, como em (10'') “*Aquele que* reconhecer um perigo em seu flanco direito, *deve* comandar pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”. Estas paráfrases permitem ver que há uma “posição moral” implicitamente evocada em (10), que sustenta sua implicação: “comandar pessoalmente sua tropa” seria o mais *honrado, digno* ou *correto* a se fazer quando reconhecido um perigo no campo de batalha. Não se trata, como em (9), de uma questão relacionada às propriedades físico-químicas da água e de seu comportamento em diferentes estados da matéria, mas de uma adesão a determinada posição social, por assim dizer, sobre o “correto”, e não o “verdadeiro”²¹.

Dessa forma, avalia Pêcheux (2014a [1975]), a anterioridade interdiscursiva que resulta das formas linguísticas de encaixe e articulação toca, enfim, no “círculo psicológico” do “sujeito fenomenológico” da Lógica. Trata-se, dirá ainda, do ponto cego do materialismo de Frege, na medida em que, a despeito do antissubjetivismo que o permitiu distinguir os objetos de seu modo de apresentação, ainda supõe certa cumplicidade do “locutor” com seu “alocutário”, permitindo-se a possibilidade de “pensar o que ele pensa”, e de onde se explicariam implicaturas como em (10) e, mais significativamente, em (11), como veremos mais adiante²². Neste ponto, enfim, Pêcheux introduzirá a questão da interpelação ideológica para reorientar o tratamento do problema da fenomenologia idealista em direção ao materialismo histórico: é por estarem identificados à determinada ideologia que determinados

²¹ Veja-se que, mesmo em casos como (9), encontramos a intervenção de um discurso científico produzido antes e em outro lugar que sustente sua implicatura (9c); o que não quer dizer, contudo, que a existência material dos “objetos de conhecimento” seja determinada por sua discursivização, mas, antes, que as “leis científicas” estão elas também sujeitas às relações de sentido com uma discursividade prévia, i.e, submetidas à “ordem do discurso”.

²² O logicismo fenomenológico de Frege pode ser bem observado na seguinte passagem, na qual inscreve a possibilidade mesma do exercício da Lógica em um “tesouro comum de pensamentos”: “frequentemente, expressões distintas têm algo em comum, a que denomino sentido, e no caso das sentenças, pensamento; em outros termos, não se deve desconhecer que o mesmo sentido, o mesmo pensamento, podem ser expressos de várias maneiras. Assim, a diferença não está no sentido, mas apenas na apreensão, na nuance, no matiz do sentido, e estes são irrelevantes para a lógica. É possível que uma sentença não dê mais nem menos informação do que outra; e, apesar de toda a multiplicidade de línguas, a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos. Se toda transformação da expressão fosse proibida, sob a alegação de que com isso também mudaria o conteúdo, paralisar-se-ia simplesmente a lógica; pois, sem que se tente redescobrir o pensamento nas suas múltiplas vestimentas, a tarefa da lógica é de todo insolúvel” (Frege, 2024c [1892], p. 113, nota 15).

objetos podem se insinuar no pensamento ou que se pode supor esta ou aquela implicatura; no caso de (10), é através da identificação a determinada ideologia que se produz a implicação entre “reconhecer o perigo” e “comandar pessoalmente sua guarda” que sustenta o enunciado.

Contudo, o filósofo francês também anuncia que, para se opor à ficção idealista que caminha do indivíduo empírico ao sujeito cognoscente, deslocando-o para a forma-sujeito da ideologia, impõe-se também uma “transformação da metáfora”, de modo que ela se mostre como “um processo não-subjetivo na qual o sujeito se constitui”. Trata-se de uma questão de subjetividade e de sentido. Retorno, assim, a outro excerto de *Análise Automática*, no qual Pêcheux propõe o expediente analítico pelo qual se analisará um discurso dado a partir do “discursivo prévio”. Destaco, antes, que mesmo nesta versão incipiente, já se levava em consideração a anterioridade e o deslizamento como propriedades das línguas naturais – novamente a “imperfeição” de que falava Frege (2024d [1892]):

Notemos que, de fato, é possível considerar sinonímias contextuais²³ entre dois grupos de termos ou expressões que produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado.

Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y ; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e as ‘línguas artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’: em outros termos, um sistema ‘natural’ não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua (Pêcheux, 2019 [1969], p. 54, grifos do autor).

Naquele momento da teoria, tratava-se, efetivamente, da proposição de um método de análise para dar consequências ao fato de que todo discurso deve ser remetido às relações de sentido no qual está inscrito²⁴. Assim, as palavras de uma série de sequências discursivas autônomas, reunidas em um corpus e tratadas informacionalmente, eram inscritas em paradigmas de relações sinonímicas (tratava-se de um método lexical), de cujos grafos se interpretavam os efeitos de sentido de determinado discurso. Chamo atenção, contudo, ao fato

²³ Pêcheux refere-se aqui ao caso em que se pode substituir os termos x e y apenas em um contexto dado (em um mesmo discurso), diferentemente dos casos em que (supostamente) se poderia substituí-los indefinidamente. Cf. Pêcheux (2019 [1969], p. 52-53).

²⁴ O aspecto metodológico da *Análise Automática* também foi retomado e desenvolvido em trabalhos posteriores. Em conjunto com Catherine Fuchs, linguista de formação, Pêcheux introduziu o recurso das “famílias parafrástica” (um conjunto de sequências discursivas relativas a um mesmo discurso), aprofundando o efeito metafórico para além da sinonímia lexical: “para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975], p. 166-167).

de que, diferentemente da posição de Frege (2024d [1892]), ou mesmo de outras perspectivas semânticas contemporâneas à *Análise Automática*, o sentido de uma sequência discursiva não estava determinado de antemão – não interessava a relação com o referente, nem a busca por “sentidos” estabelecidos previamente (apesar de se considerar o “saber” do analista para o estabelecimento das relações sinonímicas). O sentido de uma sequência era determinado mediante sua transformação ou deslizamento em outra sequência: era a *transferência* entre elas quem constituía o sentido, ou ainda, os “pontos de ancoragem semântica que se definem pelo recorte das metáforas” (Pêcheux, 2019 [1969], p. 54).

É preciso notar, contudo, que na *Análise Automática*, o “efeito metafórico” não passa de uma forma de se chegar à “estrutura profunda” de um discurso. Com a introdução do pré-construído e do discurso-transverso em *Semântica e Discurso*, o efeito metafórico se tornará o próprio fundamento dos processos de significação. Vejamos, assim, outro exemplo trabalhado pelos autores:

Se alguém é assassino, então ele é delinquente.

Nesta frase, temos um efeito de implicação entre “ser delinquente” e “ser assassino”. Em termos de efeito metafórico, a implicação se constitui na medida em que “assassino” e “delinquente” estabelecem entre si uma relação sinonímica; mais precisamente, no deslizamento que faz com que, em termos lógicos, “ser assassino” *caia sob* “ser delinquente”²⁵. Contudo, isto só é possível, dirá Pêcheux (2014a [1975]), uma vez que há uma identificação prévia a determinada ideologia, na qual esta implicação está, por assim dizer, “já dita” – ela prefigura como uma “evidência”. O “ponto cego” do materialismo de Frege, onde não consegue ver além de seu logicismo, estaria em enxergar em orações como esta uma saturação natural do pensamento apenas por se tratar de uma proposição. No entanto, como reconhece o próprio lógico austríaco, esta proposição está formulada por dois objetos sem referente: “alguém” não designa nada e “ele” não é um nome próprio. O que este enunciado diz, portanto, não poderia ser atribuído às proposições ou pensamentos menores que a compõem, pois “alguém é assassino” e “ele é delinquente”, na acepção lógica, *não tem sentido*. Em contrapartida, a forma com que estes objetos são *apresentados* – isto é, pelo efeito de sustentação produzido no deslizamento metafórico, através da articulação linguística entre “assassino” e “delinquente” – dota-a, necessariamente, de sentido, ao remetê-la a uma

²⁵ Dizer que um conceito “cai sob” outro significa, para a Lógica, que um está contido pelo outro – no caso de (11), o conceito de “assassino” está dentro do de “delinquente”. Cf. Frege (2024c [1892], p. 114-115).

outra proposição, anterior, não-dita, presente em seu interdiscurso, e que pode ser transcrita por, por exemplo, (11') “todo assassino é um delinquente”.

Em suma, o que busquei apresentar até aqui é que, através da introdução do *pré-construído* e do *discurso-transverso*, a transformação da *metáfora* como processo de constituição do sujeito a elevará de um expediente analítico à própria definição da natureza da significação, uma vez que é *a metáfora quem media as representações às quais se identificarão os sujeitos*: uma sequência discursiva ou enunciado *só tem sentido* na medida em que se filia a uma rede de enunciados anteriores e na medida em que é povoada por já-ditos e sustentada pelo não-dito de uma formação discursiva, processo do qual o *pré-construído* e o *discurso-transverso* são duas de suas formas de inscrição linguística. Vejamos, enfim, a proposição do *primado da metáfora sobre o sentido*.

2 O primado da metáfora sobre o sentido

Ao final da segunda parte de *Semântica e Discurso*, e como desfecho de sua leitura crítica do “materialismo cego” de Frege, Pêcheux (2014a [1975], p. 123) apresenta os três pilares para uma teoria materialista do discurso. É digno de nota que o primeiro deles corresponde precisamente à “concepção do processo da metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (*donation*) dos objetos para sujeitos” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 123, grifos do autor)²⁶. Trata-se, enfim, da transformação efetiva do efeito metafórico em um princípio teórico da significação. Esta transformação, contudo, só será melhor explicitada na Conclusão, quando Pêcheux (2014a [1975], p. 239) propõe o “*primado do significante sobre o signo e o sentido*: o significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido”. Trata-se, mesmo que dito de outra maneira, da *metáfora* e de sua primazia sobre a produção do sentido²⁷.

²⁶ Além da metáfora, os outros dois pilares da teoria materialista do discurso seriam a *figura dividida* do sujeito ideológico, enquanto identificação do sujeito consigo mesmo e com a forma-sujeito universal da ideologia, e (o esboço de) uma *teoria não-subjetiva da subjetividade*, isto é, do *assujeitamento*, acompanhado de sua dissimulação na ilusão da “autonomia constitutiva do sujeito” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 123).

²⁷ Ao formulá-lo como “*primado do significante sobre o signo e o sentido*”, Pêcheux (2014a [1975]) marca a inscrição de sua teoria na concepção lacaniana do inconsciente, estruturado como uma linguagem, e em cujo funcionamento o significante teria primazia sobre o significado (cf. Lacan, 1998 [1966]). O primado será efetivamente formulado como “*primado da metáfora sobre o sentido*” no Anexo III (Pêcheux, 2014b [1982], p. 277). Optei aqui por recorrer à última destas formulações para explicitar o fundamento metafórico da significação.

Como antecipado, nesta seção pretendo apresentar e comentar a proposição do *primado da metáfora*, cotejando-a com outros textos. Tendo isto em vista, trago a definição que é fornecida em *Semântica e Discurso* para comentá-la em seguida. Seja, então, a seguinte passagem da Conclusão²⁸:

É sobre essa concepção da metáfora que se baseia o que adiantamos acima ao dizer que [1] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; *nem*, acrescentaremos, *sentidos* deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-linguística que domaria sua ambiguidade, construindo os diferentes casos possíveis, à maneira do que é proposto hoje pela semântica gerativa: [2] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; [3] e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser determinada por propriedades da língua (por exemplo, ligações ‘linguísticas’ entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido. [4] De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem (Pêcheux, 2014a [1975], p. 239-240, grifos do autor).

O fundamental da *metáfora* encontra-se em [2]: “o sentido é *sempre* uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (grifo nosso). Como Pêcheux (2014a [1975]) mesmo indica, trata-se de uma reformulação da concepção lacaniana da relação metafórica entre significantes: “*Uma palavra por outra*, eis a fórmula da metáfora” (Lacan, 1998 [1966], p. 510, grifo do autor). A “centelha criadora da metáfora”, esclarece Lacan (1998 [1966]), não resulta da “presentificação de duas imagens”, ou ainda, da atualização de dois significantes – em termos lógicos, perspectiva com a qual estamos (Pêcheux e eu) dialogando aqui, da presença de duas representações no pensamento; o significante *não é* o signo e, como tal, não têm, em si, nenhum significado. Antes, a metáfora “brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar

²⁸ Para melhor comentá-la, separei esta longa citação em quatro eixos, assinalados pelos números entre colchetes.

na cadeia significante” (Lacan, 1998 [1966], p. 510). Que o advérbio empregado por Pêcheux (2014a [1975]), portanto, não deixe dúvidas: o *primado da metáfora* consiste em uma *concepção radical* da significação – o sentido é sempre, e em todo e qualquer caso (científico, lógico, político, estético, cotidiano – seja qual que for), o resultado do processo discursivo de deslizamento entre *significantes*, e não entre signos ou significados.

Uma concepção radical, em primeiro lugar, por opor-se irredutivelmente a qualquer teoria semântica que dote a significação de algum tipo de substância – *o sentido não é uma “coisa”*, que como tal poderia ser apreendida no sujeito (no pensamento), no objeto (na referência), na língua (no léxico) ou na história (na ideologia); ele não é, enfim, “a ‘propriedade’ da literalidade significante” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 239), mas um efeito provocado pela transferência entre significantes tomados em uma relação de equivalência. Mas mais significativamente, uma concepção radical porque *a metáfora se encontra na raiz do sentido*: ela “não é localizável, [...] está em toda parte na origem da produção de sentido” (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981], p. 160). A *metáfora* seria, por assim dizer, o “princípio ontológico” da significação: não há sentido que não seja um efeito metafórico de sentido.

Esta radicalidade, contudo, exige um esclarecimento. Retomo, assim, o trecho em [1]: “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhes seria *próprio*, preso a sua literalidade; nem, acrescentaremos, *sentidos deriváveis*” (grifo nosso). A *metáfora* de que fala Pêcheux (2014a [1975]), na esteira de Lacan (1998 [1966]), não corresponde, de forma alguma, a uma função ou a uma figura de linguagem, muito menos em fazer com que todo sentido, enquanto “efeito metafórico”, fosse, por assim dizer, derivado, impróprio ou figurado. Não se trata de “uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente pré-social e pré-histórico” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 123); muito menos dar a entender “que todo sentido é figurado e periférico, o que leva a crer na perspectiva das ‘leituras plurais’” (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975], p. 235). Ou seja, a afirmação de que a *metáfora* é “primeira e não-derivada” não busca inverter a relação entre “sentido próprio” e “figurado”, o que ainda manteria preservada a distinção hierárquica, constituída e constituinte da filosofia ocidental, entre o *necessário* (daquilo que é ligado às coisas enquanto substância, que forneceria sua identidade) e o *contingente* (daquilo que viria a incidir nas coisas mediante as “circunstâncias” ou as “intenções”, expressando suas propriedades acidentais ou acessórias).

Ao contrário, acentuam Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), o *primado da metáfora* é uma forma de “liquidar” o par ideológico que organiza o sentido em um núcleo (o “próprio”) e uma periferia (o “derivado”). Em outras palavras, trata-se precisamente de questionar o “fato filosófico” “de que *as palavras* comunicam *um sentido*, o fato de que há uma divisão entre *pessoas* e *coisas*, entre *subjetividade* e *objetividade*, entre o *emocional* e o *cognitivo* etc.” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 28, grifos do autor); justamente o “fato filosófico” que, constituindo a filosofia espontânea da Linguística, se traduziria, ou melhor, se cristalizaria na divisão do que funciona, em termos semânticos, como “sentido próprio” e “sentido figurado”. Tal é a extensão crítica da Análise do Discurso com a proposição do “efeito metafórico de sentido”, indo muito além de uma metodologia para a investigar os processos de significação.

Não sendo uma propriedade da “literalidade significante”, é preciso considerar, também, como dito em [3], que a *metáfora* “não poderia ser predeterminada por propriedades da língua [...]; isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido”. Recordemos que, na perspectiva discursiva de Pêcheux, a língua é um ingrediente fundamental: a base material onde se inscrevem os processos discursivos e por meio da qual se produzem as metáforas. O exercício de leitura de Frege demonstra cabalmente isto: a pressuposição de existência torna-se um problema para a Lógica na medida em que é um efeito incontornável da língua em sua relação consigo mesma, ou seja, uma “imperfeição” ocasionada por sua própria sistematicidade. Em outras palavras, que não é possível, por exemplo, empregar uma oração relativa como em (2) “Aquele que morreu na cruz nunca existiu” sem produzir o efeito de pré-existência de uma anterioridade referido na asserção. Da mesma forma, em (11) “Se alguém é assassino, então ele é delinquente”, a implicação que retorna como sustentação do enunciado é produzida através da articulação sintática.

Contudo, os sentidos que os fenômenos discursivos do *pré-construído* e do *discurso-transverso* assumem não estão “contidos” no sistema linguístico como sua propriedade. Não são, como querem as semânticas lexicais, um “traço” das palavras contidas em uma língua. Esta não é a oportunidade de retomar em detalhe suas especificidades, mas lembro que, na releitura pêcheutiana da *língua* saussuriana, não é o *arbitrário* o pivô de sua sistematicidade mas, em contrapartida, o *valor*²⁹; o que equivale a concebê-la, insistem Gadet

²⁹ Este argumento é desenvolvido em dois momentos: primeiro, com o deslocamento do *arbitrário* para o *valor* a partir da cientificidade do *Curso* saussuriano (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020 [1971]); depois, com a

e Pêcheux (1981 [2004], p. 58), “como uma rede de ‘diferenças sem termo positivo’”. Como tal, o sistema da língua, enquanto base material, não pode ser, de forma alguma, a garantia ou o abrigo do sentido, mas antes, o sistema significante (indispensável!) através do qual ele é produzido.

Retorna-se, assim, à radicalidade da *metáfora*, em uma terceira via possível: a de *uma não-propriedade radical*. É nesse sentido que se deve compreender o acréscimo à fórmula lacaniana resgatada por Pêcheux: “a metáfora se localiza no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso [*non-sens*]” (Lacan, 1998 [1966], p. 512). No lugar da origem, da causa, do sujeito ou das coisas, o movimento incessante e “sem sentido” do significante. A *metáfora*, assim, subverte a relação filosófica idealista, fazendo da contingência e do acaso – do *indefinido* – o fundamento do sentido³⁰.

Contudo, e aqui a intuição pode ser de grande serventia, “sabemos”, eu e todos que usam uma língua, e não há razões para negar isto, que as palavras têm (*algum*) sentido: que há uma miríade de ambiguidades possíveis; que a língua não está reduzida à comunicação, mas também produz desentendimento; e que, ainda assim, falamos cotidianamente das coisas sem indagarmos sua definição ou nos questionarmos sobre seu sentido, sem nos perdermos, por assim dizer, numa glossolalia, puro “deslizamento sem fim” do significante. Neste ponto, a intuição toca, e isto é de todo significativo, no quarto e último eixo da definição do *primado da metáfora* em *Semântica e Discurso*: [4] “De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais *certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório*” (grifo nosso). A compreensão do *primado da metáfora* retorna, assim, à conclusão da leitura crítica que Pêcheux faz de Frege – e, de maneira mais abrangente, do logicismo como um todo. Trata-se, em suma, da relação da *metáfora* com os outros pilares da teoria materialista de Pêcheux: o sujeito dividido e o assujeitamento. Algumas poucas palavras, portanto, sobre a interpelação ideológica.

Para Althusser (2008 [1971]), assim como para Pêcheux (2014a [1975]) em sua esteira, a identificação de um sujeito a uma ideologia se dá mediante a produção de algumas evidências. Trata-se, como já mencionado, da identificação do sujeito consigo mesmo (“eu e

radicalização deste deslocamento através do Saussure dos *Anagramas* (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981]). Busquei apresentar esta interpretação em um trabalho anterior (cf. Figueira, 2022).

³⁰ Em um texto anterior, detive-me sobre a indefinição constitutiva da *metáfora*, e sobre como esta particularidade pode ser explorada em seu aspecto performativo (cf. Figueira, 2024). Fábio Ramos Barbosa Filho (2025) também debate a contingência inerente à *metáfora*, particularmente em sua subversão da metafísica realista, ao abordá-la através do “materialismo da chuva” de Althusser.

você somos sujeitos”) e, *ao mesmo tempo*, à forma-sujeito universal desta ideologia (“assim são as coisas”); em alguma medida, das evidências que compõem o que chamei de “intuição” mais acima. Contudo, acompanham estas “evidências” do sujeito outras “evidências”, como “as que fazem com que uma palavra ‘designe uma coisa’ ou ‘possua uma significação’” (Althusser, 2008 [1971], p. 184). Em outros termos, a constituição da evidência do sujeito e do sentido são contemporâneas e correlatas – correspondem ao “efeito ideológico elementar!”, insiste Althusser (2008 [1971], p. 184).

Nesse sentido, Pêcheux proporá, enfim, que a interpelação ideológica e a produção do sentido se dão pela identificação do sujeito com determinada formação discursiva, “identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 238). Por um lado, isto significa “que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação” (Pêcheux, 2011b [1984], p. 157), mas que a referência discursiva é desde sempre constituída localmente em uma formação discursiva, como região do interdiscurso. Por outro, que o sujeito é produzido precisamente na incerteza do “*non-sens*” da *metáfora*, na medida em que, frente à não-necessidade das representações³¹, “toma posição em relação a elas, aceitando-as ou rejeitando-as, colocando-as em dúvida etc.”, e essa produção, continua, “é acompanhada precisamente por uma *imposição de sentidos às representações*” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 238, grifos do autor). A *metáfora*, portanto, serve como meio sócio-histórico de apresentação dos objetos para o sujeito na medida em que, pela sua indefinição constitutiva, media a interpelação do indivíduo em sujeito, isto é, sua relação de identificação com aquilo que o representa. As “ilusões” de que falava Frege, enfim, não são mais do que os pontos de ancoragem da identificação do sentido, os sinais da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito.

³¹ Ainda que o que esteja em jogo seja a *representação*, é preciso esclarecer que aqui ela assume seu sentido plenamente marxista, deslocando-a de seu sentido psicologista como “ideia”, “imagem” ou “objeto” no pensamento (*cogito*), como é o caso na Lógica e nas teorias do conhecimento (Cf. Abbagnano, 2007). Como explica Althusser, “em sua deformação necessariamente imaginária, toda ideologia representa não as relações de produção existentes [...], mas antes de tudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações delas derivadas. Portanto, na ideologia, está representado não o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas sim a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais vivem” (Althusser, 2008 [1971], p. 279). Pêcheux fala dessa relação imaginária dos indivíduos com as “representações sociais” quando afirma que “o que está em jogo [na metáfora] é a *identificação* pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe etc., ou ainda como turco, francês, alemão etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*” (Pêcheux, 2014a [1975], p. 108, grifos do autor).

Encaminho para o fim desta apresentação da *metáfora* com um último comentário, respectivo às retificações que Pêcheux apresenta no célebre “Anexo III” (2014b), publicado em 1982 como prefácio à edição inglesa de *Semântica e Discurso*. Seja como mecanismo analítico, seja como mediador da interpelação, na teoria do discurso de Pêcheux, a *metáfora* havia sido tratada como o meio para a reprodução das condições de produção do sujeito e do sentido, entendido, seja na *Análise Automática*, seja em *Semântica e Discurso*, como uma forma de *repetição*, isto é, de manutenção de determinada identidade. É o que se pode ver nas relações sinonímicas do “efeito metafórico”, ou mesmo nas “famílias parafrásticas” que o desenvolviam. Ainda que se admitisse, como fizeram Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 236), que não há garantias “*a priori* [de] que as substituições e as transformações não mudem o sentido”, somente com os desdobramentos da publicação de *Semântica e Discurso* que passou a se dar efetivamente atenção às consequências teóricas e analíticas deste fato³².

Nesse sentido, enfim, que Pêcheux (2014b [1982], p. 277) retomará outra fórmula lacaniana: “Só há causa daquilo que falha”. Frente à “pulsão sentido/*non-sens*” que caracterizam o mecanismo de produção de sentido (e de reprodução das condições de produção), isto é, assumindo sua natureza irreduzivelmente indefinida, não há como sustentar a posição de sujeito e sentido se mantenham o mesmo. É precisamente porque os enunciados podem ser transferidos de uma formação discursiva à outra “que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente” (Pêcheux, 2011b [1984], p. 158). Enquanto objetos discursivos, as referências seriam sempre divididas, ao mesmo tempo idênticas e diferentes de si mesmas, capazes de serem reinscritas em uma outra conjuntura histórica – de *mudar*, enfim, de sentido. “Pois ‘reprodução’ nunca significou ‘repetição do mesmo’”, reavalia Pêcheux (2011a [1983], p. 115), obrigando-o a considerar que a reprodução ideológica seja também o espaço da transformação e da resistência:

Continua, pois, bastante verdadeiro [escreverá em suas retificações] o fato de que ‘o sentido’ é produzido no ‘*non-sens*’ pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da

³² Um exemplo interessante da abordagem metodológica da transformação do sentido é o conceito de “espelhamento”, apresentado por Pêcheux e Jacqueline Léon: “nossa hipótese consiste em dizer que entre duas sequências a variação sintática introduz uma diferença de sentido, diferença que nós chamamos de ‘espelhamento’. Espelhamento, pois essa diferença de sentido é ínfima, tão dificilmente abordável como uma mudança de explicação, entretanto constantemente presente em toda paráfrase sintática” (Léon; Pêcheux, 2011 [1982], p. 169-170). Ainda que de difícil abordagem, reconhece-se que não há manutenção pura da identidade de um sentido. Assim, por mais que queira Frege (2024a [1891]) que as expressões matemáticas “3 + 4” e “2 + 5” sejam *idênticas* e signifiquem o *mesmo*, em termos discursivos, há entre elas, inevitavelmente, uma diferença (mínima) de sentido.

‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (Pêcheux, 2014b [1982], p. 277, grifos do autor)

Em seus desdobramentos finais, portanto, reconhece-se efetivamente o caráter indefinível da metáfora: sua abertura ao acaso e à causalidade, e sua apresentação como *perturbação*, na forma “do lapso, do ato falho, do efeito poético, do *Witz* ou do enigma” (Pêcheux, 2011b [1984], p. 160), e não apenas a inalterabilidade da reprodução ideológica do sentido e do sujeito. É, enfim, o reconhecimento dessa “oscilação paradoxal” da *metáfora* (Pêcheux, 2015 [1988]), entre a identidade e a diferença de um sentido, que levará à compreensão tardia do discurso como *estrutura e acontecimento*³³.

Conclusão

A discussão que apresentei aqui não traz, a rigor, nada de inédito sobre o pensamento de Michel Pêcheux ou sobre o *Semântica e Discurso*. Antes, se trata modestamente de um gesto de leitura do desenvolvimento de sua teoria, em que busquei explicitar o caminho percorrido para a formulação do *primado da metáfora*, bem como as relações que este primado estabelece com o restante de sua obra. Por um lado, revisitando sua crítica a Frege, quando caminhará da Lógica à teoria do discurso, evidenciando o papel da língua e, ainda que implicitamente, da ideologia na produção dos efeitos de sentido, e que culminará, enfim, na proposição da *metáfora* como mediadora entre os sujeitos e aquilo que os representa. Busquei também evidenciar a centralidade do *primado da metáfora* em sua teoria, na medida em que tudo parece “desaguar” nela: o sentido, o sujeito, a língua e a ideologia. Nesse sentido, também me pareceu importante demonstrar o que designei como radicalidade da *metáfora*: ilocalizável, indefinível e irredutível a qualquer propriedade do significante (na língua, no pensamento, na história).

Se não há nada de “novo” naquilo que disse, talvez o modo com que o apresentei permita, assim espero, enfatizar sua atualidade, passados 50 anos de sua publicação. Acima de

³³ Sobre a relação entre estrutura e acontecimento na definição de *discurso* em Pêcheux, ver Zoppi-Fontana (2017).

tudo, pela originalidade desta radicalidade, inclusive ao Pêcheux não a reduzir a um subjetivismo individualista, em que, uma vez desvencilhado o sentido das correntes e vontades de um sujeito soberano, ele possa correr livre, quiçá delirante (o que alguns chamam pejorativamente de “pós-modernismo”, na extrema falta, assim acredito, de um termo melhor). Como se diz nos corredores da Linguística, um sentido pode ser sempre outro, *mas não qualquer um*. A história e a língua impõem-se dando formas, contornos e condições a toda produção do sentido. É o reconhecimento desta relação incontornável uma das principais marcas desta teoria do discurso, e onde se pode compreender a contingência do sentido.

Avaliar a atualidade da teoria de Pêcheux passa também pela consideração da própria história da “Escola Francesa da Análise do Discurso”. Após um longo esquecimento no hexágono, ela parece agora voltar à rica obra de Pêcheux. De um ponto de vista epistemológico, a radicalidade da *metáfora* pode servir ainda de alerta, lá e aqui, para os efeitos deste esquecimento. Por um lado, em certa tendência ao “cognitivismo social” pré-discursivo, como propõe Marie-Anne Paveau (2013 [2006]), naquilo que pode representar um retorno a uma distinção teórica, esta sim efetivamente pré-discursiva, entre linguagem e pensamento. Ou ainda, naquilo que se pode interpretar como “propriedades do discurso” nos “semas discursivos” de Dominique Maingueneau (2008 [1984]), cuja perspectiva enunciativo-pragmática é valiosíssima para retomar o problema da enunciação na teoria do discurso pêcheutiana; inclusive enriquecendo-a, ao dar consequências ao fato de que se a *metáfora* é um deslizamento ou transferência, é como uma atividade enunciativa que ela ocorre³⁴.

Enfim, é possível ver na radicalidade e na originalidade do *primado da metáfora* a atualidade de uma prática analítica do sentido que recusa qualquer *a priori*, expressando a capacidade de subverter tudo que é imposto como “evidente” em nossa vida política e cotidiana, pelos poderes que nos sujeitam e nos subjetivam. Uma radicalidade capaz de realizar, ela também, uma crítica ontológica do presente³⁵.

³⁴ Cito Possenti (2002, p. 172): “o sentido é um efeito de sentido porque resulta de uma enunciação (e não, simplesmente, dos signos, das palavras, dos enunciados, ou seja, da língua). O sentido não é apenas a contraparte do significante; ele é um efeito de sua aparição em condições dadas”. Até mesmo porque, como indica Baldini (2011), é ao se deparar com a enunciação que Frege encontra os problemas da língua e do discurso. Esta seria uma forma, talvez, de retomar a leitura discursiva da “performatividade”, esboçada por Pêcheux em seus textos finais em torno do “ordinário do sentido”, que permitiriam fortalecer a apreensão do caráter ritual e *perturbador* da produção do sentido.

³⁵ Em um de seus últimos cursos, Foucault define assim a tarefa contemporânea da “crítica”: “me parece que a opção filosófica com a qual nos vemos confrontados atualmente é a seguinte. É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (Foucault, 2010,

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas** [1974]. Lisboa: Editora Presença/Martins Fontes, 1976.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado [1971]. In: ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 251-294.
- BALDINI, Lauro José. Frege e Russel: a questão do pressuposto. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 27/28, p. 11-26, 2011.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Metáfora e acaso. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O que é análise de discurso?** Porto Alegre: CirKula, 2025, p. 121-168.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.
- FIGUEIRA, Filipo. As formas da língua na Análise Automática do Discurso (1969-1983): a herança linguística de Michel Pêcheux. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-16, 2022.
- FIGUEIRA, Filipo. O outro lado da metáfora: a materialidade prática do sentido. **Heterotópica**, Uberlândia, v. 6, p. 84-113, 2024.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber** [1969]. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- FREGE, Gottlob. Função e conceito [1891]. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: EdUSP, 2024a. p. 81-108.
- FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: EdUSP, 2024b.
- FREGE, Gottlob. Sobre o conceito e o objeto [1892]. Em: FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: EdUSP, 2024c, p. 109-124.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência [1892]. Em: FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: EdUSP, 2024d, p. 125-152.

p. 21-22). Consideradas as diferenças, a análise discursiva do sentido, em sua relação com nossa constituição enquanto sujeitos, têm muito a oferecer a esta crítica do que se mostra como “substância” no presente.

GADET, Françoise *et al.* Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. Em: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 39-58.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível** [1981]. Campinas: Pontes, 2004.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano [1975]. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

HARRIS, Zellig. Discourse Analysis. **Language**, Baltimore, v. 28, n. 1, p. 1-30, jan./mar. 1952.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas [1975]. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud [1966]. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 410-536.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva [1982]. Em: ORLANDI, Eni (comp.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 163-173.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos** [1984]. São Paulo: Parábola, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos** [2006]. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso** [1969]. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia - Aprisionamento ou Campo Paradoxal? [1983]. Em: ORLANDI, Eni (comp.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a, p. 107-120.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso [1984]. Em: ORLANDI, Eni (comp.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011b, p. 151-162.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento [1988]. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** [1975]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês [1982]. Em: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b, p. 269-282.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-250.

POSSENTI, Sírío. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. *In*: POSSENTI, Sírío. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Criar edições, 2002, p.167-186.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral** [1916]. São Paulo: Cultrix, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. O acontecimento do discurso na contingência da história. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira. **Análise de discurso e materialismos**. Campinas: Pontes, 2017, p. 177-200. Vol. I: Historicidade e conceito.

Recebido em: 10/11/2025; **Aceito em:** 22/11/2025.